

NATURALISMO E METAFILOSOFIA: SOBRE A SINTETIZAÇÃO DO PROJETO NATURALISTA COMO VISÃO FILOSÓFICA *ANTI-FREGEANA*

Mariana Marques Burkele¹

Resumo: considerando que pensar o ensino de filosofia é, também, pensar a natureza da filosofia, salientamos a importância das questões metafisológicas no processo de ensino de filosofia. Sendo assim, buscamos enfrentar as dificuldades trazidas pela falta de definição do naturalismo contemporâneo, constituem uma das principais fontes da incompreensão do naturalismo como projeto metafisológico. A variabilidade de suas teses, bem como o grau do processo de naturalização da epistemologia mostram-se como as principais causas das discordâncias da definição. Sendo assim, Philip Kitcher, no artigo *O retorno dos naturalistas* oferece um *insight* negativo do projeto naturalista, como uma reação à visão filosófica proposta por Gottlob Frege, diferenciando-se da definição padrão, que coloca o naturalismo como uma reação à tradição filosófica. Deste modo, o objetivo primário do artigo é elucidar as teses de Frege, às quais os naturalistas dirigem-se, oferecendo uma resposta negativa ao problema da definição do naturalismo. O objetivo secundário, por sua vez, é dar uma resposta positiva, mostrando como as teses do naturalismo epistemológico relacionam-se entre si a partir das teses fregeanas, sem cair nos problemas gerados pela definição padrão.

Palavras-chave: Metafilosofia; Naturalismo; Epistemologia; Frege; Kitcher.

Abstract: considering that thinking about teaching philosophy is also thinking about the nature of philosophy, we emphasize the importance of metaphysical issues in the philosophy teaching process. Therefore, we seek to face the difficulties brought about by the lack of definition of contemporary naturalism constitute one of the main sources of the misunderstanding of naturalism as a metaphysical project. The variability of their thesis as well as the degree of naturalization process of epistemology are shown as the main causes of the disagreements of the definition. Thus, in the article *Naturalists Return*, Philip Kitcher offers a negative insight into the naturalist project as a reaction to the philosophical vision proposed by Gottlob Frege, differing from the standard definition that puts naturalism as a reaction to the philosophical tradition. Thus, the primary objective of the article in question is to elucidate Frege's thesis, to which the naturalists turn, offering a negative answer to the problem of the definition of naturalism. The secondary objective, in turn, is to give a positive answer, showing how the theses of epistemological naturalism relate to each other from Frege's thesis, without falling into the problems generated by the standard definition.

Key-words: Metaphilosophy; Naturalism; Epistemology; Frege; Kitcher.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Filosofia (PPG-Fil) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: mariana.burkle@hotmail.com.

Introdução

O questionamento acerca do ensino de filosofia é precedido pelo questionamento acerca do que é a filosofia. Esta questão, tipicamente metafilosófica, permeia a história da filosofia, na busca de sua natureza, de seus objetos de investigação próprios, de seus métodos próprios de investigação, etc.. Posto isso, no presente artigo, buscamos esclarecer o naturalismo como uma vertente do que é a filosofia, bem como do que constitui propriamente a investigação filosófica, a partir do processo de naturalização da epistemologia.

A definição do projeto naturalista constitui um dos maiores desafios relacionados à defesa das posições naturalistas. Como apontado por Kelly James Clark (2016, p.1) é possível somente fornecer uma exposição das principais ideias e visões que constituem o naturalismo, sem, contudo, oferecer uma sintetização a partir de teses que unifiquem esta diversidade de ideias e visões. Sendo assim, as dificuldades relativas à definição do naturalismo epistemológico² são originárias de duas discordâncias:

D1) a discordância acerca do papel da normatividade na epistemologia, que cinde os naturalistas entre aqueles que endossam a epistemologia naturalizada, e aqueles que endossam o *confiabilismo*;

D2) a discordância acerca da motivação para a emergência³ do naturalismo epistemológico no século XX.

A discordância D1 é derivada da concepção de normatividade em teorias epistemológicas. Isto se deve pela “epistemologia [ser], em parte, uma disciplina normativa a dizer-nos quando é certo acreditar em algo, e quando não é.” (RITCHIE, 2012, p. 70). Os “critérios” que são utilizados para sabermos quando é certo acreditar em algo são a verdade, e a justificação que “conduz” as crenças para a verdade. Em outras palavras, a epistemologia deve fornecer-nos normas epistêmicas que classifiquem quando algo é conhecimento, e quando algo não o é.

Para os teóricos que alinham-se à epistemologia naturalizada, proposta

² O naturalismo contemporâneo foi expandido para inúmeras áreas na filosofia. Contudo, para os propósitos do presente artigo, apenas a definição do naturalismo epistemológico é relevante.

³ Para Philip Kitcher (1998, p. 28), a emergência do naturalismo no século XX trata-se de um retorno. Pois, a tese central do naturalismo, que advoga o retorno das ciências naturais à filosofia, já havia sido antecipadas por Dewey e Haeckel no século XIX. Como a tese é motivo de controvérsias, optamos por manter a ideia de emergência.

por Quine (1989), o critério de justificação deve ser eliminado da epistemologia. Assim, a epistemologia deve cessar a busca por uma caracterização geral da justificação, que ofereça um critério normativo para aquilo que seja certo acreditar, de maneira pura e isolada. Em seu lugar, deve colocar-se em continuidade com a ciência, utilizando dos pressupostos que guiam a ciência, que são, por sua vez, pragmáticos: *simplicidade*, *conservadorismo teórico*, *fecundidade*⁴, etc. A epistemologia deve, portanto, tornar-se uma disciplina descritiva, “[representando] a ciência estudando o próprio processo científico.” (SCHWARTZ, 2012, p.99).

Para os teóricos que alinham-se ao *confiabilismo*, proposto por Alvin Goldman (1979), o critério de justificação deve ser reformulado em termos *naturalisticamente* aceitáveis. Sendo assim, a justificação deixa de ser tomada no sentido internalista, ou seja, a partir do próprio sujeito, para ser tomada no sentido externalista, ou seja, a partir dos processos de formação de crenças. Um processo formador de crenças é considerado confiável quando detecta a verdade de maneira confiável. Uma crença é, assim, justificada, quando é formada a partir de um processo confiável, mesmo que o próprio sujeito não possa dar uma justificação (no sentido internalista), para essa crença. Assim, a epistemologia constitui-se de um projeto melhorativo, no qual busca-se processos cada vez mais apurados⁵, e, conseqüentemente, melhores critérios de justificação.

A discordância D2 é vista em uma ampla gama de autores, e parece ser decorrente da divergência teórica encontrada na discordância D1. Para Kornblith (2008), o naturalismo emerge como uma reação à epistemologia tradicional, especialmente na figura de Descartes, através de uma reformulação do projeto de normatividade epistêmica, aproximando-se do *confiabilismo*. Para Schwartz (2012), o naturalismo emerge como uma reação ao positivismo lógico, especialmente na figura de Carnap, aproximando-se da epistemologia naturalizada; em contrapartida, para Ritchie (2012) o naturalismo emerge como uma reação à *filosofia primeira*⁶, especialmente nas figuras de Carnap

⁴ Aqui, simplicidade refere-se à explicação mais simples, que necessitem de menos pressuposições. Conservadorismo teórico, por sua vez, refere-se à hipótese que melhor conserve o sistema, evitando a destruição ou as alterações radicais no mesmo. E, por fim, fecundidade refere-se à hipótese que melhor realize previsões.

⁵ De acordo com Ritchie (2012, p. 91), exemplos de processos confiáveis são os processos envolvidos na ciência: experimentos cuidadosamente controlados, técnicas matemáticas, etc.

⁶ Aqui, filosofia primeira é tomada como a visão de que a filosofia se constitui de um conhecimento primeiro, anterior a todas as demais áreas do conhecimento. Assim, possui métodos próprios de investigação, e justifica/fundamenta outras áreas do conhecimento, como o conhecimento científico e/ou

e Kant, aproximando-se da epistemologia naturalizada.

Contudo, Philip Kitcher (1998), no artigo *O retorno dos Naturalistas*, apresenta uma definição negativa acerca do naturalismo, que parece sintetizar as dificuldades presentes em D1 e D2: o naturalismo epistemológico emerge como uma reação às teses *fregeanas*. Sendo assim, em um primeiro momento, estruturaremos a posição de Kitcher, a partir da elucidação e desenvolvimento das teses *fregeanas*, apresentando a definição negativa das motivações do naturalismo, fornecendo uma possível solução para D2. Em um segundo momento, a partir da elucidação e desenvolvimento das teses da epistemologia naturalizada e do *confiabilismo*, apresentaremos a definição positiva das teses do naturalismo, mostrando como ambas conectam-se para dissolver D1.

1. O naturalismo como visão filosófica *anti-fregeana*

A discordância D2 ressalta uma multiplicidade de autores salientando diversos aspectos da filosofia tradicional que culminaram na emergência do naturalismo. Contudo, para Kitcher (1998), a perspectiva tradicional da filosofia é sintetizada na figura de Gottlob Frege. A perspectiva tradicional da filosofia pauta-se na reflexão *metafilosófica* de que a filosofia é uma atividade estritamente *a priori*. Teóricos modernos como Descartes apontavam que a reflexão filosófica deve anteceder a toda e qualquer reflexão empírica ou científica, já que fornece um tipo de conhecimento sólido e seguro, que justifica a própria ciência. Deste modo, a filosofia primeira estava centrada nos problemas da epistemologia e no combate ao ceticismo⁷.

Frege, além de endossar a atividade filosófica como estritamente *a priori*, redireciona o âmbito e a metodologia para a realização desta atividade. A partir de sua ênfase nas análises lógicas e nas relações de inferência, os problemas epistemológicos passam a ser colocados em um segundo plano. Pois, assim, o método adequado para a filosofia passa a ser o da análise, concentrando as investigações filosóficas nas definições conceituais, bem como nas relações lógicas entre as proposições. Em uma *abordagem lógico-linguística* da filosofia, o

o conhecimento do senso comum.

⁷ O combate ao ceticismo relaciona-se com a busca por um conhecimento primeiro e infalível devido a formulação do problema cético *a partir do erro*. Este problema aponta que da possibilidade do erro, infere-se a impossibilidade do conhecimento. Em outras palavras, se eu posso estar errado acerca de *p*, então eu não conheço *p*. Deste modo, faz-se necessário que o conhecimento esteja atrelado à certeza.

problema do ceticismo realoca-se para um problema de gramática, por exemplo. Em outras palavras,

As investigações de Frege são geralmente encaradas como uma virada decisiva que retirou a epistemologia de sua posição central entre as disciplinas filosóficas e colocou em seu lugar a filosofia da linguagem (KITCHER, 1998, p.27).

Deste modo, Kitcher fornece-nos a definição negativa do que é o naturalismo, ou seja, como uma reação às teses centrais da filosofia de Frege. As teses centrais da filosofia de Frege, por sua vez, podem ser apresentadas da seguinte forma:

TF1) A filosofia deve ser realizada de maneira *a priori*, a partir do método de análise conceitual. (*Tese Apriorista*)

TF2) A lógica, e não a psicologia, deve constituir a linguagem adequada para a solução dos problemas em epistemologia. (*Tese Antipsicologista*⁸)

Contudo, faz-se necessário uma definição positiva do que é o naturalismo, a partir de uma elucidação de suas principais teses, o que constitui D1. Os teóricos da epistemologia naturalizada apontam para uma reflexão *meta-epistemológica*, que une epistemologia e ciência. Nesta visão, todos os enunciados que constituem o conhecimento estão conectados e são revisáveis, não havendo qualquer privilégio ou imunidade ao erro nos conhecimentos obtidos *a priori*, que constituem a ideia de filosofia primeira.

Os teóricos do *confiabilismo*, por sua vez, apontam para uma reflexão de natureza psicológica, que busca uma descrição dos processos que formam nossas crenças. Nesta visão, as normas epistêmicas devem ser redefinidas em termos da possibilidade melhorativa do conhecimento de agentes cognitivos reais, concebidos como extremamente falíveis e inseridos em um processo de evolução de seus mecanismos de conhecimento. As principais teses positivas acerca do naturalismo podem ser definidas da seguinte forma:

⁸ No artigo em questão, os termos psicologismo/antipsicologismo estão sendo usados no âmbito da epistemologia, e não no tradicional debate acerca do antipsicologismo proposto por Frege no âmbito da lógica.

TN1) A filosofia deve ser realizada a partir do método científico, estando a epistemologia em continuidade com as ciências naturais.

TN2) A psicologia deve fornecer os parâmetros para as normas epistêmicas dentro de um projeto melhorativo.

Deste modo, faz-se necessário aprofundar as teses da definição negativa e da definição positiva, para a melhor compreensão de sua relação e, conseqüentemente, para a avaliação da viabilidade da visão proposta por Kitcher.

2. A Filosofia de Frege refletida em TF1 e TF2

As teses TF1 e TF2, que fornecem o subsídio para a definição negativa do naturalismo, devem ser compreendidas dentro do objetivo central da filosofia de Frege: o estabelecimento do programa logicista⁹. Segundo Michael Dummett, “De 1879 a 1906, [Frege] perseguiu um único e ambicioso objetivo: colocar a aritmética sob bases seguras.” (DUMMETT, 2001, p.6, tradução nossa). Sendo assim, o logicismo de Frege objetivava fornecer uma base segura para a aritmética¹⁰, a partir de uma revisão da noção kantiana da matemática (compreendida como aritmética e geometria) como sintética *a priori*. Isto se deve pela crise ocorrida no campo da geometria, dado o advento das geometrias não-euclidianas, evidenciando a possível revisibilidade dos Teoremas de Euclides, já que sua negação não gerava nenhum tipo de autocontradição.

Para Kenny (1995), os problemas com a definição kantiana da aritmética eram fruto de uma má compreensão da definição do número e do cálculo. Sendo assim, TF1 e TF2 são igualmente pautadas em um redirecionamento metodológico feito por Frege: a virada linguística, que coloca a filosofia da linguagem como centro da filosofia, e não mais a epistemologia. Frege coloca, por conseguinte, o problema da ausência de definição do que é um número, algo extremamente básico e gerador de calamidade no âmbito da aritmética. Contudo, percebe que o mesmo ocorre pela ausência de definição da própria estrutura fundacional da aritmética.

⁹ Para Schwartz (2017, p.17), o programa logicista de Frege consiste em: i) a matemática ser reduzida a uma base relativamente simples; ii) a base a qual a matemática for reduzida deve ser demonstrada em termos da lógica pura; iii) os axiomas aos quais a matemática for reduzida devem ser mostrados como verdades da lógica; iv) os axiomas aos quais a matemática for reduzida devem ser mostrados tautológicos.

¹⁰ Aqui, optou-se por preservar a visão tradicional do objetivo do programa logicista, embora esta esteja atualmente em discussão. Para uma discussão mais aprofundada, ver: Demopoulos (2013).

Sendo assim, Frege inicia sua investigação analisando a tentativa anterior apresentada por Kant em explicar a estrutura fundacional do conhecimento e dos juízos da aritmética. Contudo, de maneira diferente de Kant, segundo Wolfgang Carl, “[Para Frege] a questão sobre como determinar o status epistemológico da aritmética requer uma *análise* do papel do pensamento e suas leis para o conhecimento.” (CARL, 1994, p.23, tradução nossa, grifos nossos). Em outras palavras, Frege redireciona o problema epistemológico para o âmbito *lógico-linguístico*. Assim, redefine tanto as definições kantianas de *a prioridade*, quanto de analiticidade.

A interpretação padrão da distinção kantiana *a priori/a posteriori* estava ligada à forma como conhecemos as verdades, enquanto a distinção analítico/sintético estava ligada à forma como obtemos a verdade dos juízos¹¹. Sendo assim, a primeira diz respeito ao âmbito da epistemologia, enquanto a segunda ao âmbito da lógica/linguagem. De acordo com Kant, o conhecimento das verdades matemáticas era dado *a priori*, ou seja, de maneira independente dos sentidos. Contudo, os juízos da matemática eram sintéticos, já que sua verdade não podia ser obtida unicamente através da análise dos conceitos presentes no juízo. Sendo assim, a verdade dos juízos da matemática é estabelecida através da *intuição pura* (uma faculdade, ou seja, elemento psicológico que permeia todas as percepções que se dão no espaço).

Contudo, Frege redireciona a distinção *a priori/a posteriori* para o âmbito da justificação, pois “Na visão de Frege, a fonte do conhecimento de uma verdade é determinada não pela maneira que passamos a acreditar nela, mas pelo suporte necessário para estabelece-la ou justifica-la.” (WEINER, 2004, p.9, tradução nossa). Sendo assim, a questão epistemológica passa a ser definida pela questão lógica, pois para determinar se o conhecimento aritmético é *a priori*, deve-se observar se sua justificação é realizada a partir de provas sem lacunas, obtidas através de leis gerais.

A partir desta linha de raciocínio, as leis da geometria mostravam-se com uma generalidade reduzida, já que aplicavam-se apenas aos objetos espaciais. Porém, isto leva Frege à sua definição de analiticidade: uma verdade analítica é aquela que pode ser estabelecida por uma derivação que repousa somente nas leis mais gerais do pensamento, as leis da lógica. As leis da aritmética, portanto, além

¹¹ Os conhecimentos *a priori* eram aqueles obtidos sem qualquer apelo à experiência sensível, enquanto os conhecimentos *a posteriori* são aqueles obtidos através da experiência sensível. Os juízos analíticos, por sua vez, são aqueles nos quais a verdade é obtida através da relação entre conceitos, enquanto os juízos sintéticos, são aqueles nos quais a verdade é obtida por algo além da relação entre conceitos.

de ser *a priori*, eram também analíticas, já que se aplicam a um domínio irrestrito, indo além do âmbito dos objetos espaciais, sendo completamente deriváveis das leis lógicas.

O erro presente na noção de analiticidade de Kant, que compõe sua concepção epistemológica do conhecimento matemático repousa, portanto, sobre bases lógicas. Isto se deve por Kant utilizar uma relação estreita entre validade e analiticidade. Para Kant, que utilizava da lógica aristotélica, a validade de um argumento dependia da relação entre conceitos. O mesmo ocorria com a analiticidade: um juízo era considerado analítico quando sua verdade dependia unicamente das relações entre conceitos. Deste modo, juízos da aritmética não poderiam ser analíticos por duas razões: a) não há nada na relação entre os conceitos da soma $5+7=12$ que nos faça descobrir que sua soma resulta no número 12; b) o descobrimento das verdades analíticas, assim, não representa conhecimento substantivo, já que apenas enuncia uma relação entre conceitos (desta visão, infere-se a concepção kantiana que todo o conhecimento se origina nos sentidos, seja por *intuição pura* ou experiência sensível).

Assim, Frege rompe com Kant ao mostrar que as verdades da aritmética são analíticas e *a priori* dado sua generalidade, pois se aplicam a tudo que é pensável. Ao direcionar a busca da melhor forma de compreensão do conhecimento aritmético para o *âmbito lógico-linguístico*, Frege propõe, por conseguinte, uma revolução teórica no âmbito da matemática e, conseqüentemente, no âmbito da filosofia geral. Pois, de maneira substantiva, Frege aponta que a razão sozinha pode fornecer conhecimento substantivo, sem qualquer resquício de apelo à experiência, como no caso de Kant com a utilização da *intuição pura*. Deste modo, “o objetivo de Frege é mostrar que a razão sozinha é a fonte do nosso conhecimento das verdades da aritmética [...]” (WEINER, 2004, p.21, tradução nossa), colocando a filosofia pura em seu apse na resolução dos problemas filosóficos e justificando o porquê Kitcher considera Frege o exemplo paradigmático para sustentar TF1.

Dado que a preocupação epistemológica de Frege centrava-se na justificação, fazia-se necessário criar um sistema que mostrasse o regresso das verdades da aritmética por dedução, baseado apenas nas leis gerais do pensamento. Assim, Frege desenvolve sua lógica no intuito de oferecer uma teoria completa da inferência dedutiva, mostrando de maneira confiável a validade de uma cadeia de inferência.

Deste modo, ao perguntar-se sobre as verdades da aritmética, Frege não direcionava a pergunta ao modo através do qual os juízos aritméticos foram

formados, pois isto não leva à verdade. Explicar porque um agente cognitivo acredita que algo é verdadeiro não garante a verdade deste algo, pois todos os agentes cognitivos podem estar enganados acerca daquilo que acreditam ser verdadeiro. Frege, portanto, direciona a pergunta para o âmbito da justificação, pois a justificação demonstra que o que é tomado como verdadeiro é, de fato, verdadeiro. A justificação garante a verdade dos juízos, e relaciona-se com a lógica, enquanto a preocupação acerca das causas que nos levam a tomar um juízo como verdadeiro relaciona-se com a psicologia. Em outras palavras,

A psicologia fornece uma visão causal que explica como nós formamos um juízo, enquanto a lógica fornece uma justificação dos juízos, relacionando-os com outros juízos a partir de regras de inferência (CARL, 1994, p.20, tradução nossa).

Na visão de Frege, portanto, a psicologia é descritiva, limitando-se ao âmbito da explicação das causas que levam à formação dos juízos, sem preocupar-se com a sua relação com a verdade. A lógica, por sua vez, é normativa, pois coloca as condições de inferência necessárias para que se possa justificar um juízo a partir de sua inferência de outro juízo verdadeiro, segundo regras lógicas. Por conseguinte, esta visão de pensamento explica TF2, ou seja, o intuito *fregeano* de remover a psicologia do âmbito da lógica. Contudo, como a verdade mostrava-se central nas preocupações *fregeanas* em epistemologia, e como o âmbito mais relevante da epistemologia no período era a justificação, a psicologia é também removida do âmbito epistemológico. Dado que a definição negativa das teses naturalistas foi colocada, como reação às teses *fregeanas*, cabe analisar a relação das teses naturalistas positivas com as teses *fregeanas*.

3. O naturalismo radical de Quine (TN1) como reação a TF1

Uma das motivações centrais da filosofia de Quine foi a eliminação de pressuposições metafísicas do empirismo dos empiristas lógicos, denominadas “dogmas” do empirismo. Estes dogmas, por conseguinte, eram originários da tradição de pensamento *fregeana*, herdada por Wittgenstein e perpetuada no Círculo de Viena. Para Quine, o empirismo dos empiristas lógicos era centrado na distinção analítico/sintético como suporte para a formulação do *Princípio de Verificação do Significado*: uma proposição só possui significado se for uma

tautologia, ou seja, uma proposição analiticamente verdadeira, ou uma proposição empiricamente verificável, ou seja, uma proposição sintética.

Contudo, Quine aponta que a própria dicotomia analítico/sintético, utilizada pelos empiristas lógicos, é um tipo de comprometimento metafísico. Isto se deve pela noção de analiticidade não poder ser definida, ou seja, esclarecida, sem que se caia em um tipo de circularidade viciosa. Do mesmo modo, o empirismo dos empiristas lógicos também está comprometido com uma segunda ideia: a ideia de que a proposição é a unidade do significado. Esta concepção está diretamente relacionada com o dogma do reducionismo. Para Quine, proposições não poderiam ser verificadas (e, conseqüentemente, ter sua significatividade atribuída) caso a caso, de maneira individual. As proposições só possuem significado quando tomadas de maneira conjunta e conectada¹².

Deste modo, Quine propõe o abandono dos dois dogmas, e a consequência teórica gerada culmina na adoção de um “novo” tipo de empirismo. A principal tese que sustenta tal empirismo é o *holismo*: a unidade do significado é a ciência total. A ciência total é como uma rede de crenças, na qual todo o conhecimento humano está contido, desde o conhecimento do senso comum, até o conhecimento científico, lógico e matemático. Assim, todo o conhecimento humano está conectado e interligado nesta teia. E, conseqüentemente, todo o conhecimento passa a ser *revisável*.

No “novo” empirismo radical de Quine, nenhuma sentença é imune à revisão devido a sua *aprioridade* ou analiticidade, como ocorria no caso dos empiristas lógicos.

Sendo assim, ao abandonar os dogmas e propor um empirismo radical baseado na tese *holista*, Quine necessita revisar o papel da filosofia, já que a existência de uma filosofia pura, baseada em conhecimentos *a priori* e enunciados analíticos é abandonada a partir de tal posicionamento. Portanto, como o objetivo do conhecimento no *holismo quineano* é o aprimoramento da ciência como ferramenta de previsões, a continuidade entre filosofia e ciência é algo natural. O âmbito da epistemologia, anteriormente visto como um braço da lógica por Frege, passa a ser um braço da ciência. O estudo do processo de formação de crenças e aquisição de conhecimento funde-se à psicologia cognitiva, fazendo com que a epistemologia esteja em continuidade com a ciência.

A revolução *metaepistemológica* proposta por Quine, faz com que TN1, a

¹² Para Quine, ao contrário dos empiristas lógicos, a unidade do significado não é a proposição, mas a totalidade das proposições. Em outras palavras, uma proposição só tem significado em seus pares.

saber, que a filosofia deve ser realizada a partir do método científico, estando a epistemologia em continuidade com as ciências naturais, seja uma rejeição radical de TF1, a saber, que a filosofia deve ser realizada de maneira *a priori*, a partir do método de análise conceitual.

Segundo Kitcher,

[...] a esperança cartesiana restabelecida por Frege no contexto da matemática era que poderíamos, em princípio, retirar-nos a um cômodo aquecido por uma lareira e *tomar nossa vida cognitiva em nossas próprias mãos* (KITCHER, 1998, p.53, grifos nossos).

Contudo, Quine aponta que tal esperança não pode ser restabelecida. Afinal, o conhecimento é dado de maneira conectada e dependente dos antepassados. Como todo o conhecimento inicia pelos sentidos, precisamos considerar a falibilidade e os limites do conhecimento humano, não havendo um conhecimento primeiro (*a priori*) idealizado e pertencente somente aos filósofos. Ressaltando uma analogia utilizada por Quine, estamos todos, assim, flutuando no barco de Neurath, não havendo como colocar-nos em uma posição isolada e “tomar nossa vida cognitiva em nossas próprias mãos”. O conhecimento já está dado, e somente podemos fazer ajustes tomando-o em movimento. Sendo assim, somente a totalidade da ciência e a humildade epistêmica pode levar-nos a algum lugar.

4. O naturalismo moderado dos confiabilistas (TN2) como reação a TF2

Ao centralizar a lógica no debate acerca do conhecimento, a partir de TF2, isto é, a lógica, e não a psicologia, deve constituir a linguagem adequada para a solução dos problemas em epistemologia, Frege elimina a psicologia do debate relevante em epistemologia durante toda a primeira metade do século XX. Isto se deve, principalmente, ao redirecionamento do foco da epistemologia no conceito de justificação, uma das cláusulas da definição tradicional de conhecimento, a saber, como crença verdadeira e justificada. Na concepção *fregeana*, a justificação funcionava como um “trilho” que necessariamente levaria a verdade. Em outras palavras, a justificação oferecia uma garantia para a verdade de uma determinada crença.

Contudo, Edmund Gettier (1963), com seu artigo “Is true justified belief

knowledge?” na segunda metade do século XX muda este panorama, até então considerado estabelecido de maneira segura. A partir de seus contraexemplos, Gettier propõe situações nas quais agentes cognitivos possuíam crença verdadeira e justificada, contudo, sem possuir conhecimento. Isto aponta, portanto, para a insuficiência da definição tradicional de conhecimento e para a visão que nem toda a justificação, entendida como encadeamento de razões que leva a verdade, seria capaz de nos garantir o conhecimento.

Tradicionalmente em teoria do conhecimento foi pensado que cadeias de razões bem formadas necessariamente levavam ao conhecimento, sendo esta uma noção central no pensamento de Frege. Contudo, os contraexemplos de Gettier mostram que esta intuição precisa ser revista. O exemplo do sujeito X e sujeito Y que concorrem ao cargo no escritório¹³ mostra que mesmo que o sujeito X tenha razões bem encadeadas para que lhe seja atribuído conhecimento (ou seja, que ele atinja com mérito a verdade), ainda sim, ele não possui conhecimento (não atinge com mérito a verdade). Consequentemente, os contraexemplos de Gettier tornaram claro que:

(...) mesmo que estejamos justificados, mesmo que estejamos naquilo que consideraríamos inicialmente uma excelente posição para saber, dispõe de excelentes evidências, estaríamos sujeitos a uma conjunção de fatores externos a nós e que nos afastam daquela situação que desejamos, a da verdade atingida com mérito (MEYER, 2013, p. 30).

Os contraexemplos de Gettier, portanto, desestabilizam TF2, dado que a justificação não parece ter mais uma conexão direta e infalível com a verdade, como pensara Frege. As condições lógicas impostas às crenças do sujeito,

¹³ O tradicional contraexemplo de Gettier estrutura-se da seguinte forma:

- O sujeito X possui forte evidencia para crer que seu colega de trabalho Y será indicado para a vaga de gerente. (*Justificação da crença de X*: A) o sujeito X ouviu, sorrateiramente, o presidente da empresa mencionar isto, ou seja, que o sujeito Y será indicado para a vaga de gerente; B) o sujeito X viu relatórios sigilosos que afirmavam que o sujeito Y será indicado para a vaga de gerente.)
- O sujeito X vê o sujeito Y contando um punhado de moedas em seu bolso, e afirmando para o sujeito Z que ele possui 10 moedas no bolso.
- Logo, o sujeito X possui crença justificada de que “o sujeito Y será indicado para gerência e de que o sujeito Y tem 10 moedas no bolso” (chamaremos esta proposição de P). Pelo princípio do fechamento para justificação, é possível deduzir validamente de P que “alguém do escritório será indicado para a gerência e tem 10 moedas no bolso” (chamaremos esta proposição de Q). Consequentemente, o sujeito X está justificado em crer que Q.

portanto, não parecem mais um guia seguro para a verdade, sendo a principal motivação para TN2, isto é, que a psicologia deve fornecer os parâmetros para as normas epistêmicas dentro de um projeto melhorativo. Segundo Kitcher,

As análises do conceito de conhecimento (e, mais tarde, as da justificação) não estavam mais confinadas à especificação das *relações lógicas* entre as proposições nas quais o sujeito acredita, mas podiam levar em consideração os processos, incluindo inevitavelmente os subprocessos psicológicos que produzem *causalmente* estes estados de crença (KITCHER, 1998, p.36, grifos nossos).

Sendo assim, com TN2, o papel causal das crenças (ou seja, dos processos envolvidos na formação das crenças) retorna à epistemologia, e não mais apenas o papel justificacional (ou seja, das leis lógicas relativas à conexão entre as crenças).

O naturalismo moderado dos *confiabilistas*, portanto, propõe uma reformulação da ideia da justificação, sendo TN2 uma reação à TF2. A justificação não deveria mais ser pautada no sentido *internalista*, a partir de padrões ideais regidos por leis lógicas que determinariam as relações inferenciais entre crenças. A justificação deveria ser pautada no sentido *externalista*, a partir dos processos formadores de crença dos sujeitos. Um processo formador de crença é confiável, ou confere justificação à crença, se gerar crenças verdadeiras com uma alta frequência

Deste modo, de maneira diferente de Frege, os *confiabilistas* assumem a falibilidade do conhecimento humano, “[compreendendo] os membros de nossa espécie como sistemas altamente falíveis, produtos de um longo processo evolutivo.” (KITCHER, 1998, p.34). Sendo assim, os naturalistas moderados propõem um projeto melhorativo, que visa o aumento da precisão dos processos formadores de crença. Contudo, estes projetos são pautados de maneira real, e não ideal: somente a partir da compreensão da estrutura cognitiva dos seres humanos é que deve-se medir o padrão de exigência colocado aos processos, e não de maneira inversa.

Considerações Finais

A partir da reconstrução da argumentação de Frege apresentada em TF1 e TF2, evidencia-se como a visão filosófica de Frege unifica a visão da tradição

em filosofia. Pois, a defesa de uma filosofia pura, que parte de uma reflexão *metafilosófica* que tem como conclusão que a filosofia deve ser encarcerada em si, já que é anterior aos demais saberes, é fortemente advogada por Frege. Contudo, Frege expande essa visão, desenvolvendo um método próprio para a filosofia: o método da análise conceitual. Todos os problemas em filosofia, incluindo os problemas do conhecimento, devem ser resolvidos a partir do *âmbito lógico-linguístico*, utilizando-se de análises conceituais, avaliação de relações de inferência, etc.

Deste modo, como proposto por Kitcher, a posição naturalista em epistemologia pode ser unificada como uma tese negativa, resolvendo D2, a saber, a discordância acerca da motivação para a emergência do naturalismo epistemológico no século XX. O naturalismo radical, apresentado em TN1, pode ser visto como uma resposta direta a TF1, mostrando a partir de uma reflexão *metafilosófica* que a filosofia não pode isolar-se, não estando em qualquer posição de privilégio frente às demais áreas do conhecimento. O naturalismo moderado, apresentado em TN2, por sua vez, pode ser visto como uma reação direta a TF2, pois mostra que a psicologia deve reintegrar o debate em epistemologia, dado o fracasso da visão *psicologista* em um cenário epistemológico *pós-gettieriano*.

Sendo assim, embora permaneça, a dificuldade apresentada por D1, a saber, a discordância acerca do papel da normatividade na epistemologia, que cinde os naturalistas entre aqueles que endossam a epistemologia naturalizada, e aqueles que endossam o *confiabilismo* é minimizada com a superação de D2. O naturalismo visto como uma reação à filosofia *fregeana*, que representa o apse da filosofia tradicional, unifica-se e ganha força. Assim, minimiza as discordâncias entre suas abordagens em epistemologia dentro do problema da normatividade, e insere-se dentro de um projeto epistemológico maior, reformando a metodologia e os padrões exigidos para a resolução dos problemas tradicionais em teoria do conhecimento.

Referências Bibliográficas

CARL, W. **Frege's Theory of Sense and Reference: its origin and scope.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CLARK, K. Naturalism and its Discontents. *IN*: CLARK, J. (org.). **The Blackwell Companion to Naturalism.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2016.

DEMOPOULOS, W. **Logicism and its Philosophical Legacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DUMMETT, M. Gottlob Frege. IN: MARTINICH, A.; SOSA, E. **A Companion to Analytic Philosophy**. Oxford: Blackwell, 2001.

GETTIER, E. Is true Justified Belief Knowledge?. IN: **Analysis**. vol. 23 (1966), Oxford, 1963.

GOLDMAN, A. Epistemologia naturalista e confiabilismo. Tradução de Eduardo Salles O. Barra. IN: ÉVORA, F.; ABRANTES, P (orgs.). **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas: UNICAMP, 1998, pp.109-146.

KENNY, A. **Frege: An Introduction to the Founder of Modern Analytic Philosophy**. Oxford: Blackwell, 1995.

KITCHER, P. O retorno dos Naturalistas. Tradução de Eduardo Salles O. Barra. IN: ÉVORA, F.; ABRANTES, P (orgs.). **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas: UNICAMP, 1998, pp. 27-108.

KORNBLITH, H. Em defesa de uma epistemologia naturalizada. IN: GRECO, J.; SOSA, E (orgs.). **Compêndio de Epistemologia**. Tradução: Alessandra Siedschlag Fernandes, Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp. 253-271.

MEYER, A. **Conhecimento e justificação**: problemas de epistemologia contemporânea. Pelotas: Nepfil Online, 2013.

QUINE, W. Relatividade Ontológica e outros ensaios. IN: SILVA (org.). **Os Pensadores**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1989, pp. 91-103.

RITCHIE, J. **Naturalismo**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHWARTZ, S. **Uma breve história da filosofia analítica**: de Russell a Rawls. Tradução de Milton C. Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

WEINER, J. **Frege Explained**: From Arithmetic to Analytic Philosophy. Illinois: Open Court, 2004.